

**HABEAS CORPUS Nº 548.924 - RJ (2019/0358397-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**ADVOGADOS** : ANDRÉ LUIZ DE FELICE SOUZA - RJ038606  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : GILVAN DE OLIVEIRA SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de GILVAN DE OLIVEIRA SANTOS no qual se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (HC n. 0054612-19.2019.8.19.0000, Desembargador-Relator LUCIANO SILVA BARRETO).

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante e denunciado pela suposta prática da conduta descrita no art. 121, § 2º, IV, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal, ao tentar matar a vítima a golpe de machado desferido contra a cabeça (e-STJ fl. 41).

Convertida a prisão em flagrante em preventiva, a defesa impetrou *writ*, com pedido liminar, na Corte estadual alegando ausência dos requisitos autorizadores da prisão cautelar. O *writ* foi denegado nos termos desta ementa (e-STJ fl. 13):

ACÇÃO MANDAMENTAL DE HABEAS CORPUS. IMPUTAÇÃO DA CONDUTA MOLDADA NO ARTIGO 121, § 2º, INCISO IV, C/C 14, INCISO II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. DESACOLHIMENTO DO PLEITO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE QUE O LAUDO PSIQUIÁTRICO ATESTA QUE O PACIENTE NECESSITA, APENAS, DE TRATAMENTO AMBULATORIAL, SE ENCONTRA INTEIRAMENTE CAPAZ DE ENTENDER E SE DETERMINAR CONSOANTE ESSE ENTENDIMENTO E, ASSIM, NÃO HÁ NADA QUE JUSTIFIQUE SUA PERMANÊNCIA EM SEGREGAÇÃO CAUTELAR. REGULARIDADE E NECESSIDADE DA CUSTÓDIA CAUTELAR SOBEJAMENTE DEMONSTRADAS. REQUISITOS AUTORIZADORES OBSERVADOS. CONDUTA, EM TESE, PRATICADA COM GOLPE DE MACHADO CONTRA A CABEÇA DA VÍTIMA, A QUAL, ASSIM COMO AS TESTEMUNHAS, AINDA NÃO FORAM OUVIDAS EM JUÍZO. TRATAMENTO AMBULATORIAL RECOMENDADO. POSSIBILIDADE DE SUA IMPLEMENTAÇÃO NA UNIDADE

# Superior Tribunal de Justiça

PRISIONAL EM QUE O PACIENTE SE ENCONTRA.  
AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.  
IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

Na presente impetração, a defesa alega ausência de requisitos concretos para a decretação da prisão provisória, alegando que, tendo sido atestada por peritos a imputabilidade do paciente, o caso é de internação ambulatorial e não de aprisionamento preventivo.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a concessão de liberdade provisória para que o paciente aguarde o julgamento deste *writ* em liberdade mediante compromisso de vinculação ao prosseguimento do tratamento ambulatorial (e-STJ fl. 12).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, sem o que não há como verificar o alegado constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser informada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste expediente.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator